E. É permitido contestar este concílio?

Sim, mas a argumentação precisa ser contundente! O argumento de "concílio pastoral" não tem validade, pois este concílio também foi doutrinal (é o próprio Wojtyla quem assegura isso, e, pela primeira vez, ele está certo: constituição **dogmática** *Dei Verbum;* constituição **dogmática** *Lumen gentium!).* E dizer que o Vaticano II não teria engajado sua infalibilidade *solene* também não faz sentido: por definição, **todo** concílio faz parte do magistério solene! Mesmo adotando o ponto de vista (equivocado) de Montini, classificando o Vaticano II na categoria do magistério *ordinário* universal, a infalibilidade ainda estaria engajada (Vaticano I: *Dei Filius,* cap. 3).

Afirmar que este concílio é contrário à Tradição está de acordo com a verdade. Contestar o Vaticano II argumentando a flagrante contradição com a sã doutrina é um bom reflexo do católico. No entanto, este reflexo instintivo não é suficiente, por si só, para resolver uma questão misteriosa: como é possível que um concílio ecumênico, em princípio assistido pelo Espírito Santo, tenha errado?

O primeiro concílio, o de Jerusalém, escolheu uma fórmula que se tornou célebre: "Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós" *(Atos dos Apóstolos* XV, 28). O Papa Pio XII ensina: "Cristo, embora invisível, preside aos concílios da Igreja e os guia com a sua luz" (encíclica *Mystici corporis,* 29 de junho de 1943, baseando-se em São Cirilo de Alexandria: *Ep.* 55 *de Synod.).* Montini, agindo como doutor público da Igreja universal, aprovou o Vaticano II "no Espírito Santo". Montini e Wojtyla colocam o Vaticano II no mesmo nível que os vinte concílios ecumênicos (de Niceia até o Vaticano I).

Ou qualquer pessoa que conteste um concílio ecumênico - como os arianos contra Niceia ou os protestantes contra Trento - é herege. Pretender que se pode pensar de forma diferente de um concílio ecumênico é uma heresia. Eis a 29ª proposição de Martinho Lutero: "Foi-nos dado o poder de refutar a autoridade dos concílios, de contradizer livremente seus atos, de nos tornar juízes dos atos que eles promulgaram, e de afirmar com segurança tudo o que nos parece verdadeiro; que isso seja aprovado ou reprovado por qualquer concílio". Esta proposição foi condenada por Leão X (bula *Exsurge Domine,* 16 de maio de 1520). Ao negar a infalibilidade de um concílio geral, Lutero avançava uma doutrina até então desconhecida na Igreja. Lutero fez "discípulos" no século XX: os modernistas (clérigos católicos contaminados pelos erros modernos) começaram também a contradizer os concílios, levando o Papa São Pio X a retomar a condenação da 29ª proposição de Lutero em sua encíclica *Pascendi,* de 8 de setembro de 1907. Por meio de seu motu proprio *Praestantia,* de 18 de novembro de 1907, ele adicionou a pena de excomunhão *ipso facto* para aqueles que propagassem doutrinas condenadas em *Pascendi*.

Os católicos não podem invocar nem as Escrituras nem a Tradição contra um concílio ecumênico (como o Vaticano II), pois os protestantes usaram a Bíblia contra Trento e os velhos católicos

defenderam a Tradição contra o Vaticano I. Também não se pode referir a Monsenhor Lefebvre, pois (deve-se lembrar desse truísmo) a autoridade doutrinal suprema na Igreja não é um bispo emérito, mas sim o pontífice romano. Ora, Montini assegurou, *como doutor público,* a conformidade deste concílio com a Tradição, e Wojtyla também certificou, *como doutor público,* que o Vaticano II estava de acordo com a Tradição:

"Nada do que foi decretado neste concílio, assim como nas reformas que decidimos para sua implementação, é contrário ao que a Tradição bimilenar da Igreja contém de fundamental e imutável. Disso somos garantes, não por nossas qualidades pessoais, mas pelo cargo que o Senhor nos conferiu como legítimo sucessor de Pedro e pela assistência especial que Ele nos prometeu como a Pedro: 'Eu orei por ti, para que tua fé não desfaleça'" *(Lucas* XXII, 32). Com nós é garantido o episcopado universal" (Montini: *Carta* a Monsenhor Lefebvre, 11 de outubro de 1976).

> « A amplitude e a profundidade dos ensinamentos do Concílio Vaticano II exigem um compromisso renovado de aprofundamento, que permitirá destacar a continuidade do concílio com a Tradição, especialmente em pontos de doutrina que, talvez devido à sua novidade, ainda não foram plenamente compreendidos em alguns setores da Igreja » (Wojtyla: motu proprio Ecclesia Dei, 2 de julho de 1988).

Os católicos devem seguir até o fim as exigências da Verdade e respeitar toda a Tradição, incluindo a sentença de Leão X condenando a 29ª proposição de Lutero. Se é proibido contestar um concílio ecumênico legítimo, restam apenas duas soluções canonicamente corretas: ou aceitar religiosamente o Vaticano II como um dom do Espírito Santo à Igreja; ou verificar se esse concílio foi realmente ecumênico ou não. Mas não se pode agradar a gregos e troianos, aceitando que esse conciliábulo figure oficialmente entre os concílios ecumênicos e, ao mesmo tempo, ignorá-lo (atitude luterana).

CADA um dos concílios ecumênicos é invulnerável. TODO concílio ecumênico é assistido pelo Espírito Santo. Este é o ensinamento EX CATHEDRA de Pio XII em Mystici corporis (pois o papa escreveu esta encíclica "como doutor da Igreja universal" para ensinar "todo o povo de Deus" os "mistérios revelados por Deus")!

Adicionemos ainda o especialista por excelência em infalibilidade: o Papa Pio IX: "Se eles acreditavam firmemente, junto com os outros católicos, que o concílio ecumênico é governado pelo Espírito Santo, que é somente pelo sopro deste Espírito divino que ele define e propõe o que deve ser crido, jamais lhes ocorreria que coisas não reveladas ou prejudiciais à Igreja poderiam ser definidas e impostas à fé, e não imaginariam que manobras humanas poderiam deter o poder do Espírito Santo e impedir a definição de coisas reveladas e úteis à Igreja" (bula Dolendum profecto, 12 de março de 1870).

É crucial entender o seguinte: se o Vaticano II é um dos concílios ecumênicos, ele É inspirado pelo Paráclito e, portanto, teologicamente e canonicamente invulnerável! Por outro lado, se não é ecumênico (por falta do guardião: o Papa), não possui a garantia da assistência do Espírito Santo,

mesmo com a presença de muitos bispos (como no conciliábulo de Rimini, por exemplo).

Aqueles que insistem em considerar Montini como Papa devem nos demonstrar de forma plausível como Cristo, ao contrário de suas quatro promessas (Lucas 20, 32; Mateus 16, 18 e 28, 19-20; João 14, 15-17), poderia abandonar seu Vigário durante um concílio ecumênico???

Da mesma forma, devem explicar de maneira coerente por que a fórmula "Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós" (Concílio dos Apóstolos em Jerusalém) teria funcionado, enquanto a fórmula "Aprovamos no Espírito Santo" (Vaticano II) não funcionaria???

Em suma, afirmar que se pode rejeitar um concílio ecumênico aprovado por um Papa (Montini) equivale a dar razão a Lutero contra Leão X e São Pio X.

Revision #1
Created 3 July 2024 02:44:43 by Admin
Updated 3 July 2024 02:45:09 by Admin